

Titulo
Arqueologia e História

Volume
55

Edição
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel: 21 346 04 73 · Fax: 21 324 42 52
e-mail: associacao.arqueologos@clix.pt

Direcção
José Morais Arnaud

Coordenação
Paulo Almeida Fernandes

Projecto gráfico
oficina de design Nuno Vale Cardoso Et Nina Barreiros

Impressão
Publidisa

Tiragem
350 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
ISSN
972/9451-39-7

Solicita-se permuta
Exchange wanted

Ao artigos publicados nesta revista são da exclusiva
responsabilidade dos respectivos autores

Editorial

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção
da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Este volume da revista *Arqueologia Et História* corresponde ao ano civil de 2003, e procura reflectir a intensa actividade desenvolvida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses nesse ano, pondo assim em prática a política editorial definida pela Direcção. O relativo atraso na sua publicação deve-se, em grande parte, à extrema dificuldade em obter os textos referentes às conferências e comunicações e outras intervenções apresentadas nas várias secções, comissões, assembleias gerais, mesas redondas e jornadas que tiveram lugar nesse ano. Apela-se, assim, aos autores das comunicações no sentido de entregarem os textos logo após as respectivas apresentações.

No âmbito da secção de Pré-História, para além das várias comunicações apresentadas ao longo do ano, entre as quais se destaca a de Nuno Bicho e colaboradores sobre uma importante jazida paleolítica do Algarve, teve lugar, logo no início do ano, a Mesa Redonda sobre a Neolitização em Portugal, na qual foram apresentados balanços de investigações em curso de norte a sul do país sobre esta fase crucial da história da humanidade, por parte de uma nova geração de investigadores e docentes universitários. Estes vieram demonstrar que os modelos até há pouco aceites de um processo de neolitização a partir das comunidades mesolíticas do litoral atlântico têm que se questionados, não só porque o povoamento mesolítico era muito mais disseminado por todo o território português do que se pensava até à descoberta recente de jazidas epipaleolíticas ou mesolíticas, quer nas mais remotas zonas do interior, de Foz Côa ao vale do Guadiana, quer no Algarve, mas também por se terem encontrado nessas regiões vestígios de ocupação atribuíveis ao Neolítico antigo.

Em relação às actividades da secção de História, verifica-se uma saudável diversificação cronológica e metodológica, bem expressa nos seis trabalhos incluídos neste volume, que abordam temas que vão da época romana à época moderna, e perspectivas de abordagem do âmbito da antropologia, arqueologia, história documental, história de arte e história da arqueologia.

Publica-se ainda um trabalho de Justino Maciel, Peixoto Cabral e Dina Nunes sobre o Sarcófago das Musas, apesar de não ter chegado a ser apresentado à Secção

de História, por se tratar de mais uma contribuição para o conhecimento de uma das mais importantes peças do acervo do Museu Arqueológico do Carmo.

As VII Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses ocorreram num período de grande crise para a actividade arqueológica, a qual resulta de uma conjugação de deficiências estruturais, agravadas por um conjunto de circunstancialismos adversos.

Entre os factores estruturais, destaca-se a continuada indefinição em relação ao enquadramento institucional da actividade arqueológica. Com efeito, quase dois anos decorridos sobre a anunciada fusão entre os dois institutos que actualmente repartem a tutela do sector, permanece uma indesejável e nefasta indefinição governamental sobre esta matéria.

Desta situação resulta um enfraquecimento e uma desautorização das instituições envolvidas e dos seus dirigentes, que não deixa de ser aproveitado por todos os agentes económicos que ainda não incorporaram no seu comportamento a necessidade de se conciliarem as actividades económicas com a salvaguarda e valorização de um património que não só é um recurso colectivo, não renovável, que urge preservar a todo o custo, como tem também um elevado potencial económico.

A actual crise do sector reflecte-se nas mais variadas vertentes da actividade arqueológica. Com efeito:

- As universidades, públicas, ou privadas, apesar da proliferação de licenciaturas, variantes, e mestrados em arqueologia a que se assiste por todo o país, salvo uma ou outra excepção, estão praticamente falidas, não dispondo dos meios necessários e indispensáveis para a investigação científica dos seus docentes, e para a formação teórica e prática dos seus discentes;

- Os institutos públicos com responsabilidades na gestão do património arqueológico, nas suas mais variadas vertentes, são dirigidos por pessoas que, ou não têm apoios políticos suficientes para obterem os meios humanos e materiais indispensáveis a um desempenho cabal das múltiplas funções que a legislação em vigor lhes atribui, ou não estão suficientemente sensibilizadas para dar resposta rápida e eficaz às gravíssimas

situações de degradação e destruição total ou parcial do património arqueológico, classificado, ou não, com que nos deparamos diariamente;

- Os arqueólogos do quadro dos institutos públicos ou desempenham funções de chefia intermédia, e estão demasiado sobrecarregados de trabalho, ou não gozam da confiança pessoal e política das respectivas chefias, e estão desenquadrados, desmotivados e subaproveitados;

- Os arqueólogos que, ultrapassados todos os prazos legais para a sua integração no quadro, ainda o não foram, ou já desistiram, ou mantêm-se em funções em condições de grande precariedade e instabilidade financeira, as quais são incompatíveis com o pleno desempenho das suas funções;

- As várias fornadas de arqueólogos que todos os anos são lançadas para o mercado de trabalho pelas universidades, nem sempre com a devida preparação, pelo menos a nível prático, constituem uma mão-de-obra barata, disposta a aceitar qualquer trabalho, a qualquer preço, o que em nada dignifica a profissão, sem que a Associação dos Arqueólogos Portugueses ou a Associação Profissional de Arqueólogos os possa defender, por serem associações de direito privado;

- As autarquias locais, apesar dos recentes progressos verificados neste domínio, tardam a assumir em pleno as suas responsabilidades em relação à salvaguarda e valorização do património arqueológico, conforme está amplamente comprovado pelo estudo recente elaborado pela Associação Profissional de Arqueólogos;

- Os arqueólogos que trabalham na maior parte das autarquias, além de serem obrigados a desenvolver actividades que nada têm a ver com a sua preparação académica, são sujeitos, no desempenho das suas funções, às mais variadas pressões por parte dos seus superiores, que têm grande dificuldade em gerir os inevitáveis conflitos de interesses resultantes do exercício da actividade arqueológica, sobretudo em meio urbano;

- As empresas de arqueologia, que proliferaram nos últimos anos, se a princípio assumiram um carácter de pequenas cooperativas de arqueólogos recém-formados, que assim procuravam assegurar a sua subsistência, concorrendo às grandes operações de arqueologia

de salvamento que surgiram no final dos anos 90, ou foram engolidas pelo próprio mercado, ou assumiram um carácter empresarial, altamente profissionalizado, o que é positivo, mas que tem como reverso a dificuldade de conjugar qualidade com rentabilidade, sobretudo nos tempos de crise que atravessamos.

Perante esta situação, urgia mobilizar toda a comunidade arqueológica, no sentido de estabelecer um amplo debate, para se procurarem encontrar respostas tão viáveis e consensuais quanto possível, a serem apresentadas às entidades responsáveis e a serem incorporadas na prática arqueológica por cada um de nós, na respectiva área de intervenção.

Tendo em consideração a gradual importância que o sector privado tem vindo a assumir nos últimos anos, sobretudo na área do ensino superior e da arqueologia preventiva e de salvamento, numa área tradicionalmente do âmbito do sector público, entendeu-se que seria pertinente dedicar uma das mesas redondas destas jornadas ao tema "O Público e o Privado na Arqueologia Portuguesa", tendo para o efeito convidado personalidades ligadas à mais diversas vertentes da actividade arqueológica.

Apesar de não nos ter sido possível publicar todas as intervenções apresentadas nesta mesa redonda, devido à não entrega dos respectivos textos, julgo que os textos publicados reflectem uma salutar diversidade de perspectivas. Assim, António Carlos Silva defende a manutenção e reforço da intervenção directa do Estado na área do património arqueológico, seja na formação e educação, seja na investigação ou na gestão e salvaguarda, conforme estabelece a legislação em vigor. Por outro lado Jorge Raposo chama a atenção para o facto de a arqueologia ter uma importante função social a desempenhar e para a necessidade urgente de se criar um "sistema integrado de documentação e gestão de espólios", apoiado numa "rede de arquivos e reservas públicas", essenciais para uma "Arqueologia de serviço público".

Em contraste com estas perspectivas mais estatizantes, apresenta-se a perspectiva neo-liberal de Miguel Lago da Silva, que defende a atribuição ao sector privado de toda actividade arqueológica, dos estudos de

impacto ambiental à valorização e gestão dos sítios classificados, remetendo o Estado e as autarquias para uma actividade meramente normativa, fiscalizadora e, claro está, financiadora. Sérgio Carneiro, por outro lado, chama a atenção para o conflito insanável que, em seu entender, existe entre o interesse público e os interesses privados no domínio da arqueologia, e para a perversidade desta situação para os arqueólogos, apresentando como única solução a autoregulação da profissão, através da criação de uma Ordem dos Arqueólogos.

O outro tema especial escolhido para estas Jornadas foi a investigação e valorização do património arqueológico. Com efeito, nos últimos sete anos, em grande parte devido à acção do IPPAR, organismo com especiais responsabilidades nesta matéria, mas também de outras entidades, como as autarquias e o próprio IPA, a quem compete legalmente a gestão do maior e mais importante complexo arqueológico do país, o Parque Arqueológico do Côa, assistiu-se ao desenvolvimento de um conjunto coerente de projectos de valorização dos principais sítios arqueológicos do país, cujos resultados importa apresentar e discutir publicamente.

Para esse efeito, convidaram-se os responsáveis pelo lançamento e acompanhamento do programa "Itinerários arqueológicos do Alentejo e Algarve", o arquitecto Manuel Lacerda, Director do Gabinete de Estudos e Projectos do IPPAR, e a arqueóloga Filomena Barata, Directora Regional de Évora do IPPAR. O texto de Manuel Lacerda, o único entregue, reveste-se de grande interesse, pois traz-nos a perspectiva do arquitecto responsável pela coordenação do mais ambicioso projecto de valorização do património arqueológico até hoje realizado em Portugal.

Os responsáveis científicos por dois projectos de investigação e valorização de sítios arqueológicos desenvolvidos no âmbito de autarquias e associações locais, embora com o apoio do IPPAR, Susana Oliveira Jorge, responsável pelo projecto do Castelo Velho de Freixo de Numão (Foz Côa), e João Luís Cardoso, responsável pelo projecto de Leceia (Oeiras), abordaram a problemática da conciliação entre a investigação e a apresentação ao público de sítios arqueológicos pré-históricos.

Mais polémica foi sem dúvida a intervenção de Luís Raposo, que aqui se publica, na qual se analisam "os custos e benefícios da musealização *in situ*", e se defende a necessidade de se optar pela transferência para os museus, nacionais, regionais, municipais ou até locais, não só dos bens arqueológicos móveis, mas também, no limite, dos próprios bens imóveis, sempre que não houver condições para a sua conservação e apresentação ao público no próprio local em que foram achados, como alternativa ao seu reenterramento.

Quanto ao arquitecto Maia Pinto, optou por apresentar um documentário, de elevado valor estético, sobre o Parque Arqueológico do Côa, de cuja gestão foi responsável desde a sua transferência para o IPA, em 1997, até meados de 2004.

Em complemento da "mesa redonda" sobre investigação e valorização do património arqueológico, e aproveitando a passagem por Portugal de um grupo de investigadores dessa instituição, foi ainda apresentado um excelente documentário sobre o Parque Arqueológico da Serra de Capivara (Brasil), em que existe um notável conjunto de pinturas rupestres, e cuja sobrevivência se encontra actualmente em risco, devido ao seu isolamento e à falta de financiamentos estatais.

A sessão de encerramento destas Jornadas foi preenchida por um debate sobre a situação da Arqueologia em Portugal, moderado pelo Prof. Oliveira Jorge e pelo signatário, no qual participaram muitos dos presentes. Embora tenham sido expressas opiniões muito diferentes em relação às soluções para se ultrapassar a actual crise, a maior parte dos intervenientes mostrou-se bastante pessimista em relação ao futuro próximo da actividade arqueológica, dada a conjuntura política e económica muito desfavorável que o país atravessa.

Publicam-se ainda neste volume várias comunicações, apresentadas em Assembleias Gerais realizadas em 2003, e ainda uma comunicação apresentada em Novembro de 2002, da autoria da nossa consócia Manuela Cantinho, sobre o Conde de S. Januário, ilustre militar e diplomata que sucedeu a Possidónio da Silva como Presidente desta Associação, e ofereceu ao Museu Arqueológico do Carmo uma importante colec-

ção de antiguidades pré-colombianas, por ocasião do centenário da sua morte.

A Assembleia Geral Extraordinária de 6 de Fevereiro de 2003 foi dedicada a uma homenagem aos membros da Direcção e da Associação que se destacaram no processo de remodelação do Museu Arqueológico do Carmo, tendo para essa ocasião sido convidados como conferencistas os arqueólogos Hermanfrid Schubart e Theodor Hauschild. Estes ilustres sócios correspondentes da nossa Associação e antigos directores do Instituto Arqueológico Alemão, em Madrid e em Lisboa, respectivamente, historiaram as excelentes relações existentes entre os arqueólogos alemães pertencentes aquele prestigiado Instituto e os arqueólogos portugueses, ao longo de mais de meio século, e as importantes contribuições que deram para o conhecimento e a projecção além fronteiras da arqueologia portuguesa e para a formação das novas gerações de arqueólogos portugueses. Tendo eu próprio tido o privilégio de receber, no longínquo ano de 1968, os benefícios dessa formação, nessa grande escola internacional de arqueologia que foi o Castro do Zambujal, sob a direcção de Hermanfrid Schubart, a quem fiquei unido por laços de profunda amizade, e tendo a maior estima profissional e pessoal por Theodor Hauschild, é com o maior prazer que publico neste volume os textos desses dois grandes arqueólogos e amigos de Portugal.

Encerrando um ano de grande actividade associativa, a 26 de Novembro de 2003, teve lugar uma outra Assembleia Geral Extraordinária, especialmente dedicada a comemorar em simultâneo o 140º aniversário da fundação da própria Associação e o 100º aniversário de um dos seus mais ilustres Presidentes, o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida. Para esse efeito, por sugestão da Direcção, depois de uma intervenção da Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Teresa Júdice Gamito, que destacou o papel do homenageado como professor de Arqueologia, foi convidado a usar da palavra o nosso consócio José Luís de Matos, seu antigo assistente e colaborador directo na Faculdade de Letras, que destacou o importante papel desempenhado por D. Fernando de Almeida na formação em Lisboa de uma verdadeira escola de arqueologia romana, e na abertura às novas

gerações de arqueólogos do Museu Nacional de Arqueologia e da própria Associação. Finalmente, Paulo Almeida Fernandes analisou, numa perspectiva crítica, o contributo de D. Fernando de Almeida para o estudo da Alta Idade Média em Portugal.

Além dos habituais relatórios dos corpos gerentes e das secções e comissões, e de informações de interesse para os nossos associados, inicia-se neste volume uma secção dedicada à apreciação crítica de algumas

das obras que se publicam em cada ano ou que chegam à nossa biblioteca.

A publicação regular da *Arqueologia e História*, que representa um considerável esforço por parte desta Associação, pretende ser um importante meio de comunicação com os nossos associados e com outras instituições, nacionais e estrangeiras, e de enriquecimento da nossa biblioteca, através do sistema de permutas, pelo que se espera que seja do agrado de todos.



Associação
dos Arqueólogos
Portugueses